



LEI COMPLEMENTAR Nº 337

Cria o Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação - COMATHAB, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º - Fica criado o Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação - COMATHAB, órgão de participação direta da comunidade na gestão da política habitacional do Município que tem por finalidade propor e deliberar sobre diretrizes, planos e programas e fiscalizar a execução dessa política.

Art. 2º - O COMATHAB será composto por 27 (vinte e sete) conselheiros, sendo um terço de representantes dos órgãos estatais (municipais, estaduais e federais), um terço de representantes de entidades comunitárias de moradores e entidades populares de caráter comunitário, e um terço de representantes de entidades de classe.

Art. 3º - O COMATHAB terá a seguinte composição:

I - 09 representantes de órgãos estatais, sendo:

a) 02 representantes do Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB: seu Diretor-Geral (membro nato) e um funcionário dos quadros técnicos do órgão, indicado pelo Diretor-Geral;

b) 02 representantes da Secretaria de Planejamento Municipal - SPM;

c) 01 representante da Secretaria Municipal da Fazenda - SMF;

GAPLAN;

d) 01 representante do Gabinete de Planejamento -

PUBLICAÇÃO			REPUBLICAÇÃO			PROCESSO	1ª	2ª	RUBRICA
FONTE	DATA	PAG	FONTE	DATA	PAG				
DOE	16-01-95	34							MR



e) 01 representante da Coordenação de Relações com a Comunidade - CRC;

f) 01 representante de órgão financeiro federal afeto à questão habitacional;

g) 01 representante de órgão financeiro estadual afeto à questão habitacional.

II - 9 (nove) representantes de entidades comunitárias de moradores e de organizações populares de caráter comunitário, eleitos em fóruns regionais, observadas as delimitações do processo de discussão do Orçamento Municipal.

III - 9 (nove) representantes de entidades de classe, eleitos em seus fóruns, observada a representatividade de entidades sindicais de trabalhadores, de profissionais de nível técnico e de empresários, bem como de organizações não-governamentais de assessoria e cooperativas.

§ 1º - As eleições de que tratam os incisos II e III serão regidas pelos respectivos regimentos internos, na forma dos artigos 12, 13 e 14 desta Lei.

§ 2º - A cada conselheiro titular corresponderá um suplente que, no caso do inciso III deste artigo, poderá ser de entidade diversa da que indicou o titular, nos termos do Regimento Interno.

Art. 4º - O mandato de cada Conselheiro é de 2 (dois) anos, podendo haver somente uma reeleição consecutiva.

Art. 5º - Caberá ao Município, através do DEMHAB, prover a infra-estrutura e os meios necessários ao bom desenvolvimento das funções do Conselho, bem como a divulgação de suas resoluções.

Art. 6º - Ao Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação compete:

I - propor, deliberar e fiscalizar diretrizes, planos e programas da Política Habitacional de interesse social do Município;

II - propor e participar da deliberação, junto ao processo de elaboração do Orçamento Municipal, sobre a execução de projetos e programas de urbanização, construção de moradias e de regularização fundiária em áreas irregulares, nos ter-

.....
[Handwritten signature]



.....

mos do § 1º, do art. 116 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre;

III - propor o plano de aplicação e fiscalizar o gerenciamento do Banco de Terras;

IV - apreciar as propostas e projetos de intervenção do Governo Municipal relativas às ocupações e assentamentos de interesse social;

V - propor os planos de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Desenvolvimento - FMD de que trata o art. 10 da Lei Complementar 315, de 10 de janeiro de 1994, bem como encaminhá-los ao processo de elaboração do orçamento para apreciação e deliberação;

VI - apreciar as formas de apoio às entidades associativas e cooperativas habitacionais cuja população seja de baixa renda, bem como as solicitações de melhorias habitacionais em autoconstrução ou ajuda mútua de moradias populares;

VII - propor ao órgão competente a criação de Áreas Especiais de Interesse Social - AEIS;

VIII - propor convênios destinados à execução dos projetos habitacionais, urbanização e regularização fundiária;

IX - constituir Grupos Técnicos ou Comissões Especiais e Câmaras, quando julgar necessário, para o desempenho das suas funções;

X - exercer a fiscalização da administração financeira e contábil do FMD, podendo a qualquer momento, na forma do Regimento Interno, realizar perícias e verificações do caixa, bem como solicitar informações acerca de operações financeiras, licitações, convênios, contratos, fixação de preços públicos, desapropriação, alienações e permutas;

XI - estabelecer relações com os órgãos, conselhos e fóruns municipais afetos à elaboração do Orçamento Municipal e à definição da Política Urbana do Município;

XII - apreciar e emitir pareceres sobre projetos de lei referentes à Política Habitacional do Município.

§ 1º - Mediante deliberação por maioria absoluta, o Conselho de Acesso à Terra e Habitação, bem como qualquer de seus conselheiros, terá acesso ao Cadastro do Banco de Terra do Município

§ 2º - O Conselho poderá solicitar informações, bem como requerer perícias e verificações acerca da administra-

RT

§



.....
ção financeira e contábil do DEMHAB.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 7º - O COMATHAB constituir-se-á pela plenária do Conselho, composta pela totalidade de seus membros e por Câmaras especializadas a serem definidas pelo seu Regimento Interno que deverá estabelecer composição e competências diferenciadas para cada uma das Câmaras, visando ao pleno desenvolvimento dos trabalhos do COMATHAB.

Art. 8º - As Câmaras especializadas levarão ao conhecimento da plenária do COMATHAB:

I - as consultas que lhe forem feitas pelos órgãos do DEMHAB, conforme suas áreas de competência;

II - todas as matérias, consensuais ou não apreciadas pelas Câmaras, para fins de homologação final do Conselho, ou nova discussão, se assim for requerido por 2/3 da plenária do COMATHAB;

III - as irregularidades constatadas em suas áreas de competência, para fins de apreciação e encaminhamento do COMATHAB, que dará ciência ao Prefeito Municipal, caso estas irregularidades não sejam corrigidas em tempo hábil;

IV - seus regimentos internos, para fins de homologação da plenária do Conselho.

Art. 9º - A plenária do COMATHAB reunir-se-á, no mínimo, uma vez por mês e extraordinariamente quando convocada por seu Presidente ou por maioria absoluta de seus membros.

§ 1º - O número de reuniões extraordinárias do COMATHAB nunca excederá a 4 (quatro) mensais;

§ 2º - As Câmaras do COMATHAB reunir-se-ão, ordinariamente, uma vez por semana e, extraordinariamente, quando convocadas na forma do Regimento Interno, não excedendo a 5 (cinco) reuniões por mês, para cada Câmara.

.....

RT

g



CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 10 - Qualquer cidadão, partido político, entidade associativa ou de classe poderá requisitar informações sobre a gestão do FMD ou encaminhar denúncia ao COMATHAB, sobre qualquer irregularidade ou ilegalidade na sua administração.

Art. 11 - O COMATHAB elaborará seu Regimento Interno, a ser aprovado pela maioria absoluta de seus conselheiros e homologado pelo Sr. Prefeito.

Art. 12 - A convocação do Fórum Municipal de Entidades Comunitárias e de moradores é de responsabilidade do Executivo Municipal e será realizada até 180 dias após a publicação desta Lei.

§ 1º - O fórum elaborará seu próprio regimento interno e o regimento eleitoral que regulará a indicação dos seus membros ao COMATHAB, respeitadas as condições expressas nesta Lei.

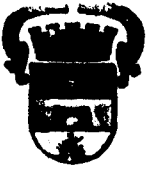
§ 2º - Na sessão de instalação será eleita uma coordenação, com número ímpar de membros, responsável pelo cadastramento das entidades.

Art. 13 - Para a realização da eleição, constituir-se-á Comissão Eleitoral composta por dois representantes de entidades comunitárias de moradores, dois representantes de entidades de classe e dois representantes do Executivo Municipal.

Parágrafo único - Os representantes de entidades serão indicados pelos respectivos fóruns, conforme Regimento Interno.

Art. 14 - Eleger-se-á 9 (nove) representantes comunitários e 9 (nove) representantes de entidades afetas à questão habitacional, sendo que destes, 5 (cinco) deverão estar vinculados a entidades sindicais de trabalhadores e profissionais, 1 (um) a organizações não-governamentais, 2 (dois) a entidades empresariais e 1 (um) a cooperativas habitacionais.

RA
§



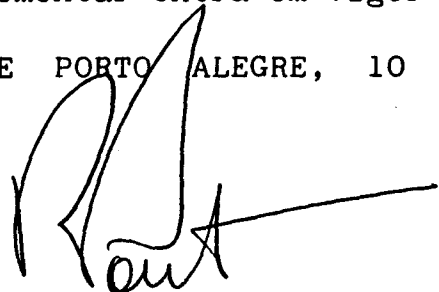
.....

Art. 15 - As eleições subsequentes à primeira serão de responsabilidade do Conselho de Acesso à Terra e Habitação, na forma prevista no Regimento Interno.

Art. 16 - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 17 - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

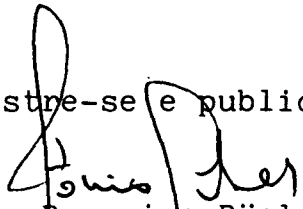
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 10 de janeiro de 1995.



Raul Pont,
Prefeito em exercício.

Luiz Alberto Rodrigues,
Secretário Municipal de Administração.

Registre-se e publique-se.



Sônia Berenice Rösler,
Secretário do Governo Municipal,
respondendo.